**Legislação atual – EMRC e demais legislação pertinente**

**Geral com relevância para a EMRC**

1. [Constituição da República Portuguesa](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=4&tabela=leis&so_miolo=&)
2. [Lei 46/86, de 14/10 - Lei de Bases do Sistema Educativo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1744&tabela=leis&so_miolo=&) – estabelece o quadro geral do sistema educativo
3. [Lei 16/2001, de 22 de junho](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=806&tabela=leis&so_miolo=&) – Lei da Liberdade Religiosa
4. [Concordata de Maio de 2004 entre a Santa Sé e o Estado Português](http://dre.pt/pdf1s/2004/11/269A00/67416750.pdf) - o art. 19º refere-se ao ensino da Religião Católica nas escolas portuguesas.
5. [Decreto-Lei 41/2012, de 21 de fevereiro](http://www.dgae.mec.pt/c/document_library/get_file?uuid=8277455c-1d92-4823-8c1a-700b7f869b1e&groupId=10136), altera o Estatuto da Carreira Docente e republica a versão atual.
6. [Decreto-Lei n.º 80-A/2023, de 6 de setembro](https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/09/17301/0000200004.pdf), define os requisitos de formação científica das áreas disciplinares dos grupos de recrutamento de docentes titulares de cursos pós-Bolonha em procedimentos de contratação de escola - 120 ECTS para Ciências Religiosas ou Teologia.
7. [Decreto-Lei 112/2023, de 29 de novembro](https://data.dre.pt/eli/dec-lei/79/2014/p/cons/20231129/pt/html) que altera o [Decreto-Lei 79/2014, de 14 de maio](http://www.dgae.mec.pt/c/document_library/get_file?p_l_id=79667&folderId=36901&name=DLFE-82576.pdf), aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário. Revoga o [Decreto-Lei 43/2007, de 22 de fevereiro](http://www.dgae.mec.pt/c/document_library/get_file?p_l_id=79667&folderId=36901&name=DLFE-2904.pdf). Alterado pela Declaração de Retificação n.º 32/2014, de 27 de junho.

**Específica para a EMRC**

1. [Portaria n.º 333/86, de 02/07](http://www.dre.pt/pdf1s/1986/07/14900/15721573.pdf) – Regulamenta a lecionação da disciplina de E.M.R.C. no 1º Ciclo do Ensino Básico
2. [Acórdão n.º 423/87 do Tribunal Constitucional](https://dre.pt/application/conteudo/499039) – relativo à frequência da disciplina de EMRC;
3. [Decreto-Lei 70/2013, de 23 de maio](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/05/09900/0303103033.pdf), regulamenta, a lecionação da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católicas nas escolas públicas, bem como o processo de recrutamento e seleção de docentes de EMRC.
4. [Despacho n.º 6809/2014, de 23 de maio,](http://dre.pt/pdf2sdip/2014/05/099000000/1336813369.pdf) do Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar – Define as regras para obtenção das habilitações profissionais para a docência da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

**Currículo, Planificação e Avaliação**

1. [Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Legislacao/2017_despacho_64.pdf) - Homologa o [Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Legislacao/escolaridade_12_anos.pdf).
2. [Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho](https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2018-115654476) (versão consolidada) – Estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa (alunos com NEE). Alterado pela [Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro](https://dre.pt/application/conteudo/124680588), por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva. Retificada a Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, pela [Declaração de Retificação n.º 47/2019, de 3 de outubro](https://dre.pt/application/conteudo/125047267) e alterado pelo [Decreto-Lei 62/2023, de 25 de julho](https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/07/14300/0000600009.pdf).
3. [Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho](https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2018-115645941) (versão consolidada) – Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Integra a EMRC no currículo do Ensino Básico (1º,2º e 3º ciclos) e no Ensino Secundário (Cursos Científico-Humanísticos, Cursos Artísticos Especializados e Cursos Profissionais). Alterado pela [Declaração de retificação n.º29-A/2018, de 4 de setembro](https://dre.pt/application/conteudo/116330693) que retifica a carga horária de EMR nos cursos profissionais. Alterado pelo [Decreto-Lei 62/2023, de 25 de julho](https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/07/14300/0000600009.pdf).
4. [Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho](https://dre.pt/application/file/a/115742277) - são homologadas as Aprendizagens Essenciais (AE) de EMRC (e demais áreas curriculares) referentes ao Ensino Básico ([1ºano](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/1_ciclo/emrc_1c_1a.pdf) | [2º ano](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/1_ciclo/emrc_1c_2a.pdf) | [3º ano](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/1_ciclo/emrc_1c_3a.pdf) | [4ºano](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/1_ciclo/emrc_1c_4a.pdf) | [5ºano](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/2_ciclo/emrc_2c_5a.pdf) | [6ºano](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/2_ciclo/emrc_2c_6a.pdf) | [7ºano](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/3_ciclo/emrc_3c_7a.pdf) | [8ºano](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/3_ciclo/emrc_3c_8a.pdf) | [9ºano](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/3_ciclo/emrc_3c_9a.pdf)).
5. [Portaria n.º 65/2022, de 1 de fevereiro](https://files.dre.pt/1s/2022/02/02200/0000800016.pdf), que altera a [Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto](https://dre.pt/application/file/a/115879412) - procede à regulamentação das ofertas educativas do ensino básico previstas no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.
6. [Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto](https://dre.pt/application/file/a/115941797) - procede à regulamentação dos cursos científico-humanísticos, a que se refere a alínea a) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, alterada pela [Portaria 278/2023, de 8 de setembro](https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/09/17500/0000400007.pdf) que altera as regras relativas aos alunos estrangeiros e a fórmula de cálculo da classificação final do curso.
7. [Portaria n.º 229-A/2018, de 14 de agosto](https://dre.pt/application/conteudo/116068173) - procede à regulamentação dos cursos artísticos especializados de Dança, de Música, de Canto e de Canto Gregoriano, a que se refere a alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.
8. [Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto](https://dre.pt/application/conteudo/116068877) - transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, incluindo em matéria de educação.
9. [Portaria n.º 232-A/2018, de 20 de agosto](https://dre.pt/application/conteudo/116132275) - Procede à regulamentação dos cursos artísticos especializados de Design de Comunicação, de Design de Produto, de Produção Artística e de Comunicação Audiovisual a que se refere a alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho
10. [Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto](https://dre.pt/application/conteudo/116154369) - regulamenta a oferta dos cursos profissionais, definindo as regras e procedimentos de operacionalização do currículo, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens, visando proporcionar aos alunos uma formação profissional inicial e aprendizagens diversificadas, de acordo com os seus interesses, com vista ao prosseguimento de estudos e ou à inserção no mercado de trabalho.
11. [Despacho n.º 8476-A/2018, de 31 de agosto](https://dre.pt/application/conteudo/116279697) - são homologadas as Aprendizagens Essenciais (AE) de EMRC (e demais áreas curriculares) referentes ao [Ensino Secundário – Cursos Científico-Humanísticos](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/emrc_sec.pdf)
12. [Portaria 181/2019, de 11 de junho](https://dre.pt/application/file/a/122538809) – Define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, podem implementar uma gestão superior a 25% das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário, alterada pela [Portaria n.º 306/2021, de 17 de dezembro](https://files.dre.pt/1s/2021/12/24300/0021600223.pdf) – que define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, podem implementar uma gestão superior a 25 % das matrizes curriculares -base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário, com vista ao desenvolvimento de planos de inovação.
13. [Despacho n.º 6851-B/2019, de 31 de julho](https://dre.pt/application/file/a/123640306) – Estabelece as regras relativas à adoção de manuais escolares para os cursos de educação e formação de jovens e para os cursos profissionais (também para a EMRC).
14. [Programa Modular dos Cursos Profissionais - SNEC](http://www.educris.com/v3/centrorecursos/emrc/programa-modular--cursos-profissionais/2599-programa-modular--cursos-profissionais)
15. [Portaria n.º 359/2019, de 8 de outubro](https://dre.pt/application/conteudo/125085420) – Procede à regulamentação da modalidade de ensino a distância, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, definindo as regras e procedimentos relativos à organização e operacionalização do currículo, bem como o regime de frequência.
16. [Despacho n.º 6605-A/2021, de 6 de julho](https://dre.pt/application/conteudo/166512681) – Procede à definição dos referenciais curriculares das várias dimensões do desenvolvimento curricular, incluindo a avaliação externa.

**Concursos e situação profissional**

1. [Despacho Conjunto n.º A-179/89-XI, de 21 de setembro](https://www.spliu.pt/dc179_89.pdf) – Define as doenças incapacitantes no âmbito da mobilidade por doença.
2. [Portaria n.º 814/2005, de 13 de setembro](https://dre.pt/application/conteudo/142713) – Regula o regime de acumulação de funções e atividades públicas e privadas dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário.
3. [Decreto-Lei 27/2006, de 10 de fevereiro](http://dre.pt/pdf1s/2006/02/030A00/10951099.pdf) – cria os grupos de recrutamento docente, incluindo o grupo 290, Educação Moral e Religiosa Católica, alterado pelo [Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro](http://www.dgae.mec.pt/c/document_library/get_file?p_l_id=79667&folderId=36901&name=DLFE-82578.pdf), que cria o grupo de recrutamento 120 – Inglês.
4. [Decreto Legislativo Regional n.º 28/2016/M – Região Autónoma da Madeira](https://dre.pt/application/conteudo/74953321), permite a nomeação de professores de EMRC até ao termo do ano letivo 2019/20. Em 2020/21 a colocação de professores de EMRC segue as mesmas regras das demais disciplinas.
5. [Decreto Legislativo Regional n.º 10/2021/A](https://jo.azores.gov.pt/api/public/jornal/pdfOriginal?numeroJornal=58&ano=2021&serieId=ec6ff6d5-7709-4517-8d3c-b9b92c443c8a&suplemento=0), procede à terceira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 2/2017/A – Região Autónoma dos Açores](https://dre.pt/application/file/a/106859831), altera o Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário.
6. [Portaria n.º 172/2017, de 30 de junho](https://dre.pt/application/conteudo/107598795) – Define as condições em que pode ser autorizado o recurso à permuta, prevista no Estatuto da Carreira Docente, pelos docentes de carreira
7. [Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho](https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/41-2022-184830277) – Estabelece o regime de mobilidade de docentes por motivo de doença
8. [Despacho n.º 7716-A/2022, de 21 de junho](https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/7716-a-2022-185043381) – Define o procedimento de mobilidade por doença.
9. [Decreto-Lei n.º 32-A/2023, de 8 de maio](https://files.dre.pt/1s/2023/05/08801/0000200027.pdf) - Estabelece o novo regime de gestão e recrutamento do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de técnicos especializados para formação.
10. [Decreto-Lei n.º 74/2023, de 25 de agosto](https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/08/16500/0000200004.pdf) – Estabelece os termos de implementação dos mecanismos de aceleração de progressão na carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário.
11. [Declaração de Retificação n.º 30/2023, de 15 de dezembro](https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/12/24100/0003500045.pdf), altera a [Portaria n.º 345/2023, de 10 de novembro](https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/11/21800/0000800015.pdf) que procede ao redimensionamento do âmbito geográfico dos quadros de zona pedagógica e extingue os quadros de zona pedagógica criados pela Portaria n.º 156-B/2013, de 19 de abril

**Organização escolar**

1. [Despacho n.º 4734-A/2015, de 7 de maio](http://dge.mec.pt/sites/default/files/ManuaisEscolares/2015_despacho_4734a.pdf), define o calendário de adoção dos manuais de Educação Moral e Religiosa Católica.
2. [Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto](https://dre.pt/application/file/70094310), define as regras a observar no funcionamento dos estabelecimentos públicos do 1.º ciclo do ensino básico, bem como a possibilidade dos Encarregados de Educação prescindirem os seus educandos da frequência de uma AEC em favor da frequência de EMRC.
3. [Circular n.º B18002577F](https://www.dgae.medu.pt/download/institucional/circulares/2018/B18002577F.pdf), requisitos de progressão na carreira.
4. [Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Legislacao/desp_norm_6_2018.pdf) - Estabelece os procedimentos da matrícula e respetiva renovação e as normas a observar na distribuição de crianças e alunos.
5. [Portaria n.º 119/2018, de 4 de maio](https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/119-2018-115221287), define os termos e a forma como se processa o reposicionamento no escalão da carreira docente com tempo de serviço prestado antes do ingresso na referida carreira.
6. [Decreto-Lei n.º 36/2019, de 15 de março](https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/36-2019-121081281), mitiga os efeitos do congelamento ocorrido entre 2011 e 2017 na carreira docente.
7. [Despacho Normativo n.º 16/2019, de 4 de junho](https://dre.pt/application/conteudo/122497599), que altera o [Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Legislacao/desp_norm_10-a-2018.pdf)- Estabelece o regime de constituição de grupos e turmas e o período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino no âmbito da escolaridade obrigatória.
8. [Despacho n.º 6147/2019, de 4 de julho](https://dre.pt/application/conteudo/122920121) – Define as linhas orientadoras a adotar pelas escolas na organização e realização das visitas de estudo e outras atividades lúdico-formativas a desenvolver fora do espaço escolar.
9. [Lei n.º 96/2019, de 4 de setembro](https://dre.pt/application/file/a/124418385) – Estabelece a gratuitidade dos manuais escolares na escolaridade obrigatória na rede pública do Ministério da Educação, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, que define o regime de avaliação, certificação e adoção aplicável aos manuais escolares e outros recursos didático-pedagógicos do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objetivos a que deve obedecer o apoio socioeducativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares.

**Formação contínua de docentes**

1. [Decreto-Lei 22/2014, de 11 de fevereiro](http://www.dgae.mec.pt/c/document_library/get_file?p_l_id=17767&folderId=92434&name=DLFE-85094.pdf) – Estabelece o regime jurídico da formação contínua de professores e define o respetivo sistema de coordenação, administração e apoio.
2. [Despacho 4595/2015, de 6 de maio](http://www.dgae.mec.pt/c/document_library/get_file?p_l_id=17767&folderId=92434&name=DLFE-85096.pdf) - Estabelece o processo de avaliação, certificação e reconhecimento da formação acreditada.
3. [Despacho 5418/2015, de 22 de maio](http://www.dgae.mec.pt/c/document_library/get_file?p_l_id=17767&folderId=92434&name=DLFE-85097.pdf) - Estabelece a correspondência entre as áreas de formação contínua previstas no Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, e as áreas de formação estabelecidas na legislação anterior à sua publicação.
4. [Despacho 5741/2015, de 29 de maio](http://www.dgae.mec.pt/c/document_library/get_file?p_l_id=17767&folderId=92434&name=DLFE-85098.pdf), Estabelece o processo de reconhecimento e certificação das ações de curta duração.
5. [Despacho n.º 779/2019, de 18 de janeiro](https://dre.pt/application/conteudo/117982365) – Define as prioridades de formação contínua dos docentes, bem como a formação que se considera abrangida na dimensão científica e pedagógica.
6. [Despacho n.º 6851-A/2019, de 31 de julho](https://dre.pt/application/conteudo/123640166) – Procede à alteração do Despacho n.º 779/2019, de 18 de janeiro que define as prioridades de formação contínua dos docentes, bem como a formação que se considera abrangida na dimensão científica e pedagógica.
7. [Despacho n.º 4840/2023, de 21 de abril](https://files.dre.pt/2s/2023/04/079000000/0007400075.pdf) – Procede à terceira alteração do Despacho n.º 779/2019, de 18 de janeiro

Atualizado a 15 de dezembro de 2023